

ACESSIBILIDADE NO TURISMO: UM ESTUDO REFLEXIVO SOBRE O TURISTA SURDO

Andréa Maria Abreu Borges

Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Cubatão, SP, Brasil

Vânia de Paula Dias da Silva

Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Cubatão, SP, Brasil

Resumo: Em busca por uma melhor qualidade de vida para o indivíduo surdo sendo ele turista ou não, este trabalho traz como objetivo ampliar a comunicação entre surdos e ouvintes, permitindo o seu reconhecimento como cidadão ao usufruir plenamente o seu Direito Social conforme previsto na Constituição Federal de 1988. A acessibilidade no turismo é relevante em todos requisitos para isso, pois tem a versatilidade por meios da hospitalidade urbana em satisfazer o turista. A pesquisa foi elaborada por informações bibliográficas e uma entrevista feita por e-mail, como amostragem, ao Museu Pelé na cidade de Santos. Assim sendo, várias observações foram consideradas ao perceber a falta de intérprete de Libras – língua brasileira de sinais para auxiliar os turistas surdos.

Palavras-chave: Surdo. Acessibilidade. Turismo.

Abstract: In search of a better quality of life for the deaf individual, whether he is a tourist or not, this work aims to broaden the communication between deaf and hearing, allowing them to be recognized as a citizen by fully enjoying their Social Law as provided for in the Federal Constitution of 1988. Accessibility in tourism is relevant in all requirements for this, as it has the versatility by means of urban hospitality in satisfying the tourist. The research was elaborated by bibliographical information and an interview made by e-mail, as sample, to the Pelé Museum in the city of Santos. Thus, several observations were analyzed in perceiving the lack of interpreter of sign language to assist the deaf in the tourist attractions.

Keywords: Deaf. Accessible. Tourism.

INTRODUÇÃO

Há vários segmentos no mercado turístico com diversas atividades, tendo como objetivo final a satisfação plena do turista, conforme a definição do dicionário da língua portuguesa (2009): "1. Turismo é a realização de viagens e excursões recreativas, culturais etc. 2. Infraestrutura de serviços para atrair pessoas que fazem turismo." O turismo tem grande importância na economia mundial, pois a chegada de turistas aumenta o consumo, a produção de bens e serviços e principalmente a necessidade de criação de novos empregos.

Ao refletir sobre a definição dada ao Turismo por Mário Carlos Beni, em que afirma: "A soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência não residentes na medida em que não leva a residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória", (BENI, 2001 p. 36) e, em conjunto, com minha experiência nos estudos adquiridos no curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, passei a refletir sobre quais seriam as relações resultantes de uma viagem que permanecem na vida de um sujeito Surdo 1, quando não lhe foi oferecida a oportunidade de construí-las com igualdade de direitos, obtendo as informações verbais necessárias tanto para construir laços, como para construir os próprios conceitos sobre algo?

Observamos que as necessidades vão da comunicação ao objeto de sinalização. Sendo um direito das pessoas surdas se comunicarem através de uma língua por elas compreendidas, esta conquista perante a nossa nação foi por meio da publicação da Lei no 10.436 de 24/04/2002 e da Lei no 10.098 de 19/12/2002 que inclui a Libras 2 – Língua Brasileira de Sinais, como um idioma oficial do Brasil. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o censo de 2010 mostra que de 45,6 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, 5,1% são pessoas com deficiência auditiva.

Em função disso, quando analisamos alguns aspectos do Turismo para atender as necessidades das pessoas com surdez, o primeiro grande entrave identificado é a falta de Tradutores e Intérpretes de Libras, que viabilizam a comunicação, visto que Libras é a primeira língua, mas não a única, da comunidade surda reconhecida oficialmente no país.

É direito do cidadão surdo ser incluído no meio em que vive, assim como todas as pessoas com deficiência física ou qualquer tipo de diferenças. “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos.” (Artigo 1 – Declaração Universal dos Direitos Humanos – Organização das Nações Unidas - ONU 3 , 1948), principalmente quando o direito ao lazer é garantido ao cidadão, a informação e o acesso aos locais públicos são burlados, então chega o momento de um olhar diferenciado para estes sujeitos e para suas necessidades.

A Língua de Sinais – Libras é o caminho para quebrar a barreira da comunicação, ao oferecer à pessoa surda vez e voz, proporcionando atendimento de qualidade, entretanto este recurso não vem sendo oferecido nem utilizado na maioria das atividades turísticas. O indivíduo surdo não possui limitações físicas, não existem barreiras físicas para que se executem adaptações, mas o desafio é maior do que pensamos, é preciso vencer o capacitismo¹, proporcionar formas acessíveis de comunicação e recursos humanos, esta adaptação exige muito mais que mudanças físicas, abrange mudanças de pensamento, opinião e conceitos preestabelecidos.

Assim, esse artigo propõe-se a fazer uma análise reflexiva sobre a atividade turística e a acessibilidade com perspectiva específica do sujeito surdo. Finalizando essa reflexão e, como maneira de exemplificar a situação do acesso do turista surdo, foi escolhido por conveniência um atrativo turístico no município de Santos – SP, onde de acordo com o balanço realizado pela Seção de Divulgação Turística da Setur - Secretaria de Turismo, o Portal de Turismo de Santos registrou que a cidade teve um crescimento de quase 80% de visitantes no último ano de 2016. Como meio de pesquisa em campo, optou-se pelo Museu Pelé, por ter uma grande procura de visitantes segundo a reportagem de Mariane Rossi (2017) no site G1, em que menciona que o levantamento da Seção de Pesquisa Turística da Setur, o Museu Pelé recebeu 17.742 visitantes, sendo a maioria de turistas estrangeiros, ficando em quinto lugar na escolha de equipamentos turísticos municipais de Santos na temporada de verão 2016/2017, o Museu Pelé atingiu cerca de 45% de aumento em relação à temporada 2015, obtendo um recorde em relação aos outros equipamentos. O Museu Pelé é dedicado à carreira do ex-jogador de futebol Edison Arantes do Nascimento,

¹ Capacitismo é a discriminação ou violências praticadas contra as pessoas com deficiência. É a atitude preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Disponível em <https://www.inclusive.org.br/arquivos/29958>. Acesso em 27/06/2019.

mais conhecido como Pelé. O Museu retrata a história de Pelé desde a infância, através de textos em murais, vídeos, fotos e expõe documentos, roupas, troféus e vários outros itens do atleta do século XX. O Museu foi inaugurado em 15 de junho de 2014, como parte dos eventos paralelos à Copa do Mundo FIFA de 2014.

A essência da cidade é justamente o estímulo à aproximação entre seus habitantes, o que cria as condições para a interação social e define o espaço urbano como público, acessível, lugar das diferenças, da heterogeneidade. Uma boa qualidade de vida, e, portanto, de hospitalidade, é condição para o desenvolvimento urbano e é uma condição estratégica da cidade. (GRINOVER, 2006)

TURISMO E LAZER: UM DIREITO DE TODOS

“Turismo é o movimento de pessoas, por tempo determinado, para destinações fora de seu local de residência, e as atividades realizadas durante o tempo de permanência nas localidades visitadas.” (CONGRÉS DE L'AIEST 5 , 31°. 1981).

No Brasil, o direito ao lazer está previsto no artigo 6º da Constituição Federal que diz que todos os brasileiros têm os direitos sociais garantidos para a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

A Lei Federal no 7.853/89 especificamente para pessoas com deficiência diz claramente:

§1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

A definição técnica de turismo pode ser resumida ou comparada simetricamente ao último estágio da teoria da hierarquia das necessidades de Maslow, em que através de um único ato o indivíduo consegue fazer parte de um grupo, ser respeitado e, ao optar pela liberdade de escolha do destino e lazer, obtêm um dos itens que permite alcançar a autorrealização, no qual o indivíduo pode fazer o que quer, quando quiser, sempre respeitando os direitos e deveres sociais. Reforçando o panorama turístico, englobando que todos tenham um mundo mais igualitário, em que todos os grupos poderiam se inter-relacionar.

Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (OSCAR DE LA TORRE – 1992).

O campo de estudos e atuação do turismo engloba vários aspectos, dentre eles, a prática de atividades voltadas para o lazer, aquele tempo em que se não trabalha, e pode ser ocupado de acordo como o indivíduo desejar no seu momento de descanso. Os três elementos lazer, turismo e recreação se inter-relacionam, pois, como cita Cooper et al (2001):

A maior parte do turismo que acontece pelo mundo é uma atividade de lazer. [...] Pode-se considerar o lazer como medida combinada de tempo e atitude mental para criar períodos de tempo em que as outras obrigações são mínimas. A recreação pode ser entendida como as atividades desenvolvidas durante o tempo de lazer, podendo ser recreação em casa até o turismo, no qual está envolvida a estada de pelo menos uma noite.

O lazer tem a função de motivar os indivíduos a um bem-estar físico e mental, é um direito de todos, proporcionando uma satisfação na condição humana. A palavra lazer é derivada do latim "licere", que significa "ser lícito" ou "ser permitido".

O direito ao lazer está na Constituição Federal de 1988 – artigo 6o, caput, artigo 7o, IV, artigo 217, § 3o, e artigo 227. O lazer está inserido no capítulo dos Direitos Sociais, e este, por sua vez, está inserido no Título dos Direitos Fundamentais.

O uso do tempo livre pelo homem deve ser de forma saudável, lúdica, prazerosa e construtiva, período em que se readquire as energias utilizadas

no trabalho. É, no tempo livre, não o disposto a afazeres domésticos e familiares, nem o dedicado ao descanso do trabalho, mas o tempo de distração que se abre a melhor oportunidade para a descoberta do indivíduo, tempo aproveitado para a criação na construção de uma cidade humanizada, valorizada e própria aos cidadãos. (OLIVEIRA, 2009)

Lazer ou tempo livre é "aquele em que o indivíduo está 'livre' para optar pela realização de atividades ou experiências vivenciais para sua emancipação, integração social, regeneração, contemplação etc." (PICHLER, 1991).

A Constituição endossa o direito ao lazer de todos e ainda assegura que as pessoas com deficiência tenham acesso aos serviços prestados por pessoas ou entidades envolvidas na organização de atividades recreativas, turísticas, esportivas e de lazer, assim como está de acordo com o artigo 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.

COMUNICAÇÃO

O conceito de comunicação de acordo com Rabaça e Barbosa (1998), numa referência a E. Menezes, a comunicação "representa a ação de pôr em comum, de compartilhar as nossas ideias, os nossos sentimentos, as nossas atitudes." A comunicação é a informação transmitida, é por onde nos interagimos, "é uma troca de experiências socialmente significativas; é um esforço para a convergência de perspectivas, a reciprocidade de pontos de vista e implica, dessa forma, certo grau de ação conjugada ou cooperação."

Comunicar é transmitir, receber, trocar, compartilhar palavras, pensamentos e emoções. A comunicação procede por três mecanismos:

- A) codificação – consiste na formulação da mensagem a ser transmitida. O que ocorre por meio de um sistema de códigos representados por signos, sinais e símbolos;
- B) difusão – consiste na escolha de canais por meio dos quais é possível fazer a mensagem chegar ao destinatário; e
- C) decodificação – consiste na interpretação do sistema de códigos e na recuperação da mensagem original, por parte do destinatário. A mensagem percorre um caminho para chegar até o receptor. Nessa trajetória, ela pode

sofrer interferências e filtragens, ou ainda ruídos de várias ordens, que podem levar as grandes desentendimentos entre as pessoas. (CASTELLI, 2010)

Portanto, o autor, diz existir basicamente duas formas de comunicação:

Comunicação verbal: - linguagem falada - linguagem escrita.

Comunicação não verbal: - linguagem corporal - linguagem visual.

Segundo Barreto (1998), o fluxo de informação realiza a intencionalidade do fenômeno da informação mediante processos de comunicação, não almejando somente uma passagem. Ao atingir o público a que se destina, deve promover uma alteração; aqueles que recebem e podem elaborar a informação estão expostos a um processo de desenvolvimento, que permite acessar um estágio qualitativamente superior nas diversas e diferentes gradações da condição humana. E esse desenvolvimento é repassado ao seu modo de convivência.

A necessidade de informação para o turista já existia na Europa Moderna, como atesta Burke (2003, p. 69-70): Todo turista sabe que, quanto maior a cidade, maior a necessidade de um guia, seja sob a forma de uma pessoa ou de um livro. No início da Europa Moderna, havia uma demanda de cicerone ²(...) e também de livros - guia. No século XVIII, esses livros - guia passaram a acrescentar à descrição das igrejas e das obras de arte algumas informações práticas, do tipo como negociar com os condutores de cabriolés ou quais ruas deviam ser evitadas à noite.

QUADRO 1: colocações de alguns autores sobre a relação entre turismo e informação

Autor	Relação do turismo com a informação
Poon, 1988	Na rotina da atividade turística existe a geração, coleta, processamento, aplicação e comunicação de informação. A informação é o laço que amarra todos os componentes da indústria turística. Os links entre os integrantes do trade turístico são os fluxos de informação.
Sheldon, 1984; 1993	O mundo tem apresentado mudanças incontestáveis, numa velocidade cada vez maior. A atividade turística – assim como uma infinidade de outras áreas – depende cada vez mais da informação. A informação tem (...) uma grande importância no turismo.

² Pessoa que mostra uma localidade ou um edifício aos visitantes, dando-lhes informações a respeito do que observam. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cicerone>. Acesso em 26/06/2019

Naisbitt, 1994	“Com o crescimento do turismo e com a sofisticação crescente dos viajantes, a demanda por informações levará a uma interconectividade [dos agentes envolvidos no setor] ainda maior”. (p. 132)
Perdue, 1995	A disponibilidade de informações pode definir a ida de turistas para determinadas localidades. Da informação depende a satisfação do turista pelo local e eventualmente pode definir o retorno do turista àquela região.
Buhalis, 1998	Informação é vital para a indústria de viagens.
Trigo, 1999	A informação no mundo atual é produzida em massa, como uma mercadoria qualquer. Pode ser vendida, consumida ou trocada. (p. 47)
O’ Connor, 2001	A atividade turística depende cada vez mais da informação. A informação é o nutriente básico do turismo.
Middleton, 2002	O turismo é um mercado totalmente baseado no fornecimento de informações.
Schertler, Stamboulis e Skayannis, 2003	O turismo é o negócio da informação. A informação é o principal suporte para os negócios acontecerem.
Grestzel, Yuan e Fesenmaier, 2000; Schertler apud Stamboulis e Skayannis, 2003; Gândara, 2003; Bignami, 2004	O turismo é um negócio interligado e com intensa atividade informacional entre os integrantes de sua cadeia. Operadoras de turismo, agências, companhias aéreas, hotéis, centros de informações turísticas, locadoras de veículos, guias de turismo, editoras de guias e mapas turísticos, restaurantes, bares e similares, gestores de atrativos turísticos, entre outros, dependem da rápida troca de informações para viabilização do negócio.

Fonte: Vinícius de Lucca Filho, 2005

Com base em todas as colocações acima, vemos a importância da seguinte afirmação: “Não se faz turismo sem comunicação. Esse é um elemento de extrema importância que deve ser desenvolvido para ser compreendido por todos os usuários de qualquer produto ou serviço, incluindo aqueles que apresentam alguma deficiência.” (TURISMO ACESSÍVEL, 2009, cartilha, p. 27).

A comunicação é o ponto de partida para atender bem, e facilita tanto para o atendente em desempenhar um serviço de qualidade como para o turista e ou visitante que terá seu lazer em quaisquer lugares bem sucedido. Na cartilha de Turismo Acessível discorre sobre a necessidade de previsão do uso da comunicação e da

sinalização em função da tipologia dos serviços oferecidos, avaliando-se criteriosamente as diferentes formas de interagir com pessoas com deficiência.

A língua de sinais tem todas as características de qualquer língua humana natural. É necessário que nós, indivíduos de uma cultura de língua oral, entendamos que o canal comunicativo diferente (visual-gestual) que o surdo usa para se comunicar não anula a existência de uma língua tão natural, complexa e genuína como é a língua de sinais. (GESSER, 2009, p. 21-22)

Existem várias formas de comunicação gestual: português sinalizado, Libras, mímica, pantomima, alfabeto manual, comunicação total, bilinguismo e outros. Já a Língua Brasileira de Sinais – Libras, constitui-se na principal forma de comunicação e expressão utilizada pelas pessoas surdas. É uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e corporais. Foi reconhecida pela Lei no 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto no 5.626/2005 que, dentre outras coisas, inclui a Libras como disciplina curricular em alguns cursos superiores e no curso de magistério, de nível médio e superior. O referido Decreto também regulamenta o artigo 18 da Lei no 10.098/2000. (TURISMO E ACESSIBILIDADE - 2006, p. 16, 18 e 20).

O local determinado para posicionamento do intérprete de Libras deve ser identificado com o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva - surdez, visando orientar os expectadores. Deve ser garantido um foco de luz posicionado de forma a iluminar o intérprete de sinais, desde a cabeça até os joelhos. Este foco não deve projetar sombra no plano atrás do intérprete de sinais (ABNT NBR 9050:2004). As orientações para adaptação dos meios, equipamentos e serviços de comunicação e informação estão dispostas nas Normas da ABNT, NBR 9050:2004, a legislação específica e as regras contidas no Decreto no 5.296/2004.

Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2o Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

A Convenção da ONU de 2007 sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário, estabelece que o país participante deverá aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, Braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência, conforme estabelece o artigo 21.

HOSPITALIDADE/ACESSIBILIDADE (ESPECIFICAMENTE SOBRE O SURDO)

A teoria da hospitalidade é destacada através da tríade - dar, receber e retribuir (Mauss, 1974). Podemos considerar então que, a hospitalidade se envolve em vários campos dentro do turismo e, uma delas é a acessibilidade, principalmente a comunicabilidade, que nesta pesquisa é direcionada ao surdo, em que pode alcançar sua reciprocidade, ou seja, sua relação entre indivíduos ou grupos interagindo por seus direitos e deveres como cidadão. “Hospitalidade significa receber, abrigar, alimentar e cuidar do visitante.” (Castelli, 2010, p.04). Independentemente da hospitalidade ser um negócio, na grande expansão do turismo, esse comércio da hospitalidade não pode ser menosprezado, pois tende a ser compreendido que para a humanidade sempre significou muito como grande serventia e ainda significa.

A hospitalidade permeia o agir de todos os cidadãos. É só observar o dia a dia das pessoas para perceber que a hospitalidade é o oxigênio que mantém a vida de uma pessoa e de uma comunidade. Isso pode ser percebido por meio de gestos simples, como um sorriso e uma saudação, e também por meio de outros eventos, como casamentos, aniversários, atividades de lazer e tantos outros acontecimentos que colocam os cidadãos frente a frente, efetuando trocas em várias dimensões. Esse contexto, atualmente, com o incremento dos negócios e do turismo, tem adquirido dimensões e proporções nunca antes registradas. Todas essas interfaces caracterizam movimentos de aproximação, ou seja, ações que integram o significado de hospitalidade. (CASTELLI, 2010, p.107)

Segundo Castelli (2010) a hospitalidade é a essência do convívio social, sendo uma entre as necessidades naturais, biológicas e sociais. Castelli leva-nos a compreender, citando que os estudos na teoria de Maslow (2014), reforçam esse argumento ao enfatizar que as necessidades sociais são fundamentais para as pessoas. Além delas, existem também as necessidades fisiológicas, as de segurança, as de estima e as de autorrealização, as quais também, de alguma forma, participam ou interferem no processo de hospitalidade. (Castelli, 2010, p.114).

De acordo com o Ministério de Turismo, o termo acessibilidade significa incluir a pessoa com deficiência na participação de atividades como o uso de produtos, serviços e informações.

A acessibilidade é a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Turismo e Acessibilidade - 2006, p. 10).

Conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 14021:2005 7 - “a definição de acessibilidade é possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia (faculdade de deslocamento e utilização de equipamentos de forma independente), de edificações, espaços, mobiliário, equipamentos urbanos, estações, trens, sistemas e meios de comunicação.” Esta norma estabelece critérios e parâmetros técnicos para que, em qualquer equipamento e espaço urbano, tenha condições acessíveis.

A lei brasileira de inclusão das pessoas com deficiência no 13146/15 é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Art. 3o Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público,

de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

SURDEZ

A surdez é caracterizada pela deficiência auditiva: Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis 8 (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. O Decreto no 5.626/2005, que regulamentou a Lei no 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e o art. 18 da Lei no 10.098/2000 que implementa a formação de profissionais intérpretes para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, considera pessoa surda aquela que, pela perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando-se principalmente pela Língua Brasileira de Sinais – Libras. Na ótica ouvinte, ser surdo é o resultado da perda de uma habilidade disponível para a maioria dos seres humanos, logo, ser surdo é ser deficiente. Carlos Skliar (1998) contesta veemente essa ideologia e com razão. Para ele, a surdez não é uma deficiência, mas sim uma mera diferença.

O termo surdo está correto segundo Romeu Kazumi Sassaki (2003), no seu trabalho sobre Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Sassaki diz que as novas nomenclaturas são para evitar preconceitos, estigmas e estereótipos. Algumas expressões referente ao indivíduo deficiente são de conceitos obsoletos, ideias equivocadas e informações inexatas. SASSAKI (2003). A Terminologia sobre deficiência na era da inclusão explica a mudança atual dos termos, tais como:

Deficiências físicas: TERMO CORRETO: deficiências (como nome genérico, sem especificar o tipo, mas referindo-se a todos os tipos).

Deficientes físicos: TERMO CORRETO: pessoas com deficiência (sem especificar o tipo de deficiência).

Mudinho: TERMOS CORRETOS: surdo; pessoa surda; pessoa com deficiência auditiva.

Pessoas ditas normais: TERMOS CORRETOS: pessoas sem deficiência; pessoas não-deficientes. Neste caso, o termo ditas é utilizado para contestar a normalidade das pessoas, o que se torna redundante nos dias de hoje.

Pessoa surda-muda: GRAFIAS CORRETAS: pessoa surda ou, dependendo do caso, pessoa com deficiência auditiva.

Portador de deficiência: TERMO CORRETO: pessoa com deficiência.

Surdez-cegueira: GRAFIA CORRETA: surdocegueira, no que se refere à comunicação das (e com) pessoas surdocegas.

Surdinho: TERMOS CORRETOS: surdo; pessoa surda; pessoa com deficiência auditiva. O diminutivo surdinho denota que o surdo não é tido como uma pessoa completa.

Surdo-mudo: GRAFIAS CORRETAS: surdo; pessoa surda; pessoa com deficiência auditiva. Quando se refere ao surdo, a palavra mudo não corresponde à realidade dessa pessoa.

A surdez é o nome dado à impossibilidade e dificuldade de ouvir, podendo ter como causa vários fatores que podem ocorrer antes, durante ou após o nascimento. A deficiência auditiva pode variar de um grau leve a profunda, ou seja, a criança pode não ouvir apenas os sons mais fracos ou até mesmo não ouvir som algum.

Em todos os países, os Surdos são minorias linguísticas como outras, mas não devido à imigração ou à etnia já que a maioria nasce de famílias que falam a língua oficial da comunidade maior, a qual também pertencem por etnia; eles são minoria linguística por se organizarem em associações onde o fator principal de integração está no fato de terem um espaço onde não há repressão de sua condição de Surdo, podendo expressarem-se da maneira que mais lhes satisfazem para manterem entre si uma situação prazerosa no ato de comunicação. (FELIPE, 2007, p. 112)

No Brasil, estima-se que existam cerca de 15 milhões de pessoas com algum tipo de perda auditiva. No Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 5,1% da população responderam ter algum problema

auditivo. Aproximadamente 1% declarou ser incapaz de ouvir. De acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS, estima-se que 1,5% da população brasileira (2,25 milhões) são pessoas com deficiência auditiva.

Segundo Sá (2004) a respeito da história de surdos:

Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não - surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e afinal conseguem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isola-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersa - los, para que não criassem guetos. (Sá, 2004)

A língua de sinais foi trazida pelo francês professor Edward Harnest Huet, em 1857, quando veio ao Brasil a convite de D. Pedro II, para fundar a primeira escola para meninos surdos, a Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atualmente, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro.

O dicionário de língua de sinais no Brasil foi publicado por um aluno surdo do INES, Flausino José da Gama em 1875. Em 1877 foi criado o FENEIDA – Federação Nacional de Educação, Integração de Deficientes Auditivos, composta por ouvintes envolvidos como a problemática da surdez. Em 1987, FENEIDA se transforma em FENEIS 9 – Federação Nacional de Educação, Integração dos Surdos que está em atividade até nos dias de hoje.

As pesquisadoras Lucinda Ferreira Brito, Tânia Felipe e Ronice Müller de Quadros iniciaram-se nos estudos linguísticos da Libras a partir da década de 80. Em 2001, o professor Fernando César Capovilla e Walkiria Duarte Raphael publicaram um dicionário ilustrado trilingue. Em 2002, foi aprovada a Lei no 10.436 – Libras. Em 2005, regulamentou-se o Decreto no 5.626.

REALIDADE BRASILEIRA - ACESSIBILIDADE AO TURISTA SURDO

O turista surdo enfrenta a falta de acessibilidade, em comunicação, por não ter um recurso direto como ouvinte para que possa agir com resiliência, necessitando de muitas informações para atingir o seu momento de lazer. A pessoa surda ainda carece da falta de estrutura generalizada agravada pela ausência do conhecimento da língua

materna e seus reflexos culturais por todos ao seu redor, vetor este exponenciado pela a extrema dificuldade com que a pessoa surda se vê obrigada a se comunicar por meio de sinais completamente incompreensíveis pela maioria dos atores que compõem o tecido social ao qual ela pertence, fazendo o mesmo sentir-se uma aberração no qual praticamente falta apenas um alarme de luz intermitente ou ainda tendo que ficar em um local determinado, como no caso do posicionamento do intérprete de Libras, que deve ser identificado com o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva - surdez, visando orientar os espectadores, conforme determina a norma da ABNT NBR 9050:2004.

Ao lado dessa acessibilidade física, tangível, há outro tipo de acessibilidade que se poderia denominar de intangível, ou até de virtual: trata-se da acessibilidade à cultura, à informação que pode se dar pela possibilidade da população da cidade ou de estranhos, ter condições de frequentar uma escola, um curso, um sistema de lazer. (GRINOVER, 2006, p.38).

Turismo Acessível: O Ministério do Turismo trabalha o Turismo Acessível no âmbito do Turismo Social, ou seja, de forma transversal a todas as políticas desta Pasta Ministerial. A visão do Ministério do Turismo é que o turismo seja uma via de inclusão, entendendo que o Turismo Social é uma forma de turismo acessível a todos os cidadãos que em seus tempos livres, sem discriminação de acessos de qualquer natureza, ressaltando o ponto de vista da arquiteta especialista em acessibilidade Thaís Frota (2012): “Se o lugar não permitir o acesso a todas as pessoas, esse lugar é deficiente.”

O Programa Turismo Acessível constitui uma política pública de acessibilidade do Ministério do Turismo, propondo uma série de medidas que visam promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência aos benefícios da atividade turística, permitindo o alcance e a utilização dos equipamentos turísticos com segurança e autonomia. Ao propiciar a inclusão de pessoas com deficiência na atividade turística, o Programa vai ao encontro das ações e iniciativas do Governo Federal que buscam defender e garantir condições de vida com dignidade, a plena participação e inclusão na sociedade, e a igualdade de oportunidades a todas as pessoas com deficiência.

ENTREVISTA

A pesquisa considerou a cidade de Santos, por ser a mais importante da Região Metropolitana da Baixada Santista, eleita a melhor cidade para a terceira idade do país, como mostra uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas – FGV (2017). Com base nessa informação, a pesquisa direcionou-se em checar se o surdo também é apoiado pela cidade de Santos, já que essa tem uma Central de Interpretação de Libras, do Programa Santos Acessível: Qualidade de vida ao alcance de todos. A averiguação se concentrou em atrativos turísticos como os principais museus de Santos, no qual se tentou manter vários tipos de contatos, como pessoalmente, telefone, site e e-mails. Obteve-se somente um retorno da procura.

A museóloga, responsável pelo o acervo do Museu Pelé, Marjorie de Carvalho Fontenelle de Medeiros não se dispôs a atender pessoalmente, porém aceitou responder a um questionário, específico ao público surdo, por e-mail. Contudo, a pesquisa não estaria completa se não fosse comprovada a realidade de conhecer uma cidade por três dimensões fundamentais segundo Grinover (2006): a acessibilidade, a legibilidade e a identidade para ser uma cidade hospitaleira tanto para o público residente como para o público visitante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As várias barreiras arquitetônicas urbanas e barreiras comunicacionais elevam a dificuldade das pessoas em lidar com as diferenças. A falta de acessibilidade torna a sociedade totalmente capacitista, sendo este um fator estigmatizante do indivíduo que possua qualquer tipo de deficiência, constituindo um cenário perfeito para a instauração do ostracismo social. Esses dados são perceptíveis em nosso cotidiano, no qual observamos como uma pessoa surda que é invisível, sendo que seu maior obstáculo não possui natureza física, mas comportamental e moral. Na atual conjuntura política e social é de se esperar que sejam tomadas atitudes pelos grandes meios midiáticos, afim de evitar que ocorram situações preconceituosas conforme cita a antropóloga social Anahi Guedes de Mello (2016): “Que atitudes capacitistas contra pessoas com deficiência refletem a falta de conscientização sobre a importância da inclusão e da acessibilidade para as pessoas com deficiência.” Seria oportuno se

todos os brasileiros conhecessem as nossas duas línguas oficiais, a língua portuguesa e a língua brasileira de sinais (oficializada desde 2002). Os estudos da pesquisadora

Tanya Amara Felipe (2007) em seu artigo “Os surdos enquanto minoria linguística”, vem ao encontro de nossos anseios “como os surdos estão em duas comunidades precisam manter esse bilinguismo social, e uma língua ajuda na compreensão da outra,” especialmente ao considerarmos os conceitos da Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow (2014), em que as pessoas buscam a autorrealização plena, observando que Maslow desenvolveu o seu pensamento baseado em pessoas sem deficiência. A ausência de comunicação fere de forma transversal todas as etapas, estando elas intrinsecamente ligadas entre si, ou seja, necessidades de segurança, sociais (o item mais prejudicado), estima e autorrealização no qual o indivíduo se torna independente para fazer aquilo que gosta e quer.

O modelo de município escolhido para representar o país por amostragem, foi a cidade de Santos, demonstrando que apesar de proporcionar muitos recursos e apoio para o bem-estar tanto de munícipes quanto de visitantes e turistas, ainda deixa a desejar, como o exemplo do museu atual da cidade que está ainda despreparado para atender o visitante/turista surdo. O atendimento na Central de Interpretação de Libras é somente para atendimentos emergenciais como ir ao hospital ou instituições financeiras etc.

Enfatiza-se a importância de se divulgar a Língua Brasileira de Sinais, esta pesquisa objetiva auxiliar a ampliação da comunicação entre surdos e ouvintes, emprestando voz para expor aos ouvintes, a luta em prol da igualdade e auxiliar na oportunidade de reconhecimento do surdo como cidadão, tendo como objetivo de entender o que se passa no exato momento, ressaltando a importância de um intérprete de Libras, seguidor dos preceitos de moral, ética, fidelidade à interpretação, servindo de mediador comunicativo em várias atividades importantes do cotidiano do surdo. Observando que o tradutor intérprete de Libras foi reconhecido oficialmente como profissional pela Lei no 12.319, de 1o de setembro de 2010.

Corroborar-se aqui com a divulgação do presidente do Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, quando diz que “o Brasil é uma potência ambiental e humana formidável, mas precisa se abrir para renovar os atributos e experiências cultivados

no último século, ampliando, assim, o dinamismo da sociedade brasileira.” (Vinícius Lummertz, 2015). Ele também afirma que o turismo é uma ótima oportunidade para isso. Com base nessa declaração devemos buscar meios que permitam capacitar funcionários para atender as pessoas com deficiência, aumentando a credibilidade e a segurança das informações repassadas aos turistas. Nesse sentido, saliento que tais afirmações abririam um espaço para “o surdo que vive como um estrangeiro em seu país.” (Ronaldo Tenório 11 , 2017).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, ABNT NBR 9050:2004, 2a edição 31.05.2004. Válida a partir de 30.06.2004, p. 28. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/nbr_%2009050_acessibilidade%20-%202004%20-%20acessibilidade_a_edificacoes_mobiliario_1259175853.pdf>. Acesso em: 06.11.2017

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, ABNT NBR 14021: 2005, 2a edição 30.06.2005. Válida a partir de 31.07.2005. Transporte2. Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_11.pdf>. Acesso em: 06.11.2017

BARBOSA, F. V. Vídeo aula: Libras EaD USP. Disponível <<https://eaulas.usp.br/portal/course.action?course=6085>>. Acesso em 08.11.2017

BARRETO, A. A. A questão da informação. São Paulo, Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/BARRETO%20A%20Questao%20da%20Informacao.pdf>> Acesso em: 08.11.2017

BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. 5 ed. São Paulo: Senac, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. Dados e Fatos: letra T. Disponível <<http://www.dadosedatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/67-outros/gloss%C3%A1rio-do-turismo/901-t.html>>. Acesso em: 07.11.2017

BRASIL. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 31.10.2017

BRASIL. LEI No 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. 31.10.2017

BRASIL. DECRETO No 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 16.10.2017

BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 02.11.2017

BRASIL, SECRETARIA DE TURISMO. Acessibilidade. <<http://www.turismo.gov.br/acessibilidade.html>>. Acesso em: 15.10.2017

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Acessível. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/5054-turismo-acessivel.html>>. Acesso em 23.12.16

BRASIL. Ministério do Turismo. Embratur. Brazilian Dream. Publicado em 01/12/2015. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salalmprensa/artigos/arquivos/Brazilian_Dream.html>. Acesso em: 05.11.2017

BRASIL. Turismo e Acessibilidade. Manual de orientações – 2006 – p. 10, 16, 18 e 20.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo Acessível. Volume III. Brasília: Ministério do Turismo, 2009, 60 p.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. São Paulo: Edusp, 2001.

CASTELLI, G. Hospitalidade: a inovação na gestão das organizações prestadoras de serviços. São Paulo: Saraiva, 2010.

CICERONE. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cicerone>. Acesso em 26/06/2019

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo no 186, de 09 de julho de 2008: decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoesconvencaopessoacomdeficiencia.pdf>>. Acesso em 14.10.2017

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Comentado pelo professor Pasquale, Barueri, SP: Gold Editora, 2009, p. 145 e p. 586

DICIONÁRIO LIBRAS. Hernest Huet. Disponível <<http://www.dicionariolibras.com.br/website/artigo.asp?cod=124&idi=1&moe=6&id=2608>>. Acesso em: 16.10.2017

FELIPE, T. A. Libras em Contexto : Curso Básico : Livro do Estudante / Tanya A. Felipe. 8a. edição- Rio de Janeiro : WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

FILHO, V. de L. Estudo do Fluxo de Informações em Centros de Informações Turística de Santa Catarina: Programa Portais do Lazer. Disponível em: <<http://pgcin.paginas.ufsc.br/files/2010/10/LUCCA-Vinicius.pdf>>. Acesso em 07.11.2017

FROTA. T. . Arquitetura Acessível. Disponível em: <<https://thaisfrota.wordpress.com/>>. Acesso em: 19.11.2017

GESSER, A. Libras que língua é essa: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 87p.

GRINOVER, L. A hospitalidade urbana: a acessibilidade e identidade. Revista Hospitalidade, São Paulo, ano III, n.2, p. 29-50, 2. sem, 2006

MASLOW, A. Cultura e natureza: a viagem e o turismo como necessidades humanas. Revista de Turismo Contemporâneo – RTC, Natal, v. 2, n. 2, p. 283-299, jul./dez. 2014.

MELLO. A. G. INCLUSIVE, Inclusão e Cidadania. Disponível em : <<http://www.inclusive.org.br/arquivos/29958>> Acesso em: 19.11.2017

OLIVEIRA. M. B. O direito ao lazer na formação do homem social. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7406>. Acesso em: 10.11.2017

ONU BR. Documentos e publicações das Nações Unidas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/docs/>> Acesso em: 07.11.2017

O QUE É CAPACISTISMO? Disponível <https://www.inclusive.org.br/arquivos/29958>. Acesso em 27/06/2019.

PREFEITURA DE SANTOS. Museu Pelé. Disponível em: <<http://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/894724/visita-t-cnica-avalia-ingresso-do-museu-pel-no-sistema-estadual-de-museus>>. Acesso em: 16.11.2017

PREFEITURA DE SANTOS. Número de visitantes no Portal de Turismo de Santos cresce quase 80%. Publicado em 27/01/2017. Disponível em: <<http://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/895754/n-mero-de-visitantes-no-portal-de-turismo-de-santos-cresce-quase-80>>. Acesso em: 30.10.2017

RABAÇA, C. A; BARBOSA, G. G. Dicionário de comunicação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ROSSI, M. . G1 Santos e Região. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/verao/2017/noticia/2017/03/ocupacao-de-hoteis-aumenta-neste-verao-e-museu-pele-bate-recorde.html>>. Acesso em: 26.11.2017

SÁ, N. R. L. Os estudos surdos. São Paulo, 2006. www.eusurdo.ufba.br/arquivos/estudos_surdos_feneis.doc. Acesso em: 07.11.2017

SANTOS ACESSÍVEL. Programa. Disponível em:
<<http://www.santos.sp.gov.br/santosacessivel/>>. Acesso em 10.11.2017

SKLIAR, C. Site. Resenha, A Surdez: Um Olhar Sobre As Diferenças. Publicado em 25/03/2015. Disponível em: <<https://www.trabalhosgratuitos.com/Sociais-Aplicadas/Ci%C3%A7ncias-Sociais/Resenha-A-Surdez-Um-Olhar-Sobre-As-Diferen%C3%A7as-635829.html>>. Acesso em: 29.12.2016